



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026.

(Da Sra. Caroline De Toni)

Requer informações ao Ministro de Estado das Cidades acerca dos impactos dos bloqueios orçamentários realizados pelo Governo Federal em 2026 sobre obras, programas e investimentos destinados à Região Sul e ao Estado de Santa Catarina.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Cidades, o presente pedido de informações, para que preste os seguintes esclarecimentos:

- 1) Qual o montante de recursos do Ministério das Cidades alcançado pelos bloqueios orçamentários anunciados pelo Governo Federal em 2026?
- 2) Existem programas, ações, contratos, convênios ou obras sob responsabilidade do Ministério das Cidades na Região Sul que poderão sofrer atraso, suspensão, redução de escopo ou cancelamento em razão dos bloqueios orçamentários?
- 3) Em caso afirmativo, informar detalhadamente quais programas, obras ou contratos serão afetados, indicando valores originalmente previstos e valores efetivamente disponibilizados.
- 4) Há empreendimentos localizados no Estado de Santa Catarina atingidos direta ou indiretamente pelos bloqueios anunciados?
- 5) Quais municípios catarinenses poderão ser afetados e qual o impacto estimado para cada empreendimento?
- 6) Os bloqueios poderão comprometer programas habitacionais, projetos de saneamento básico, drenagem urbana, mobilidade urbana ou regularização fundiária em Santa Catarina?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

- 7) Existe previsão de recomposição dos recursos bloqueados? Em caso positivo, qual o cronograma previsto?
- 8) Encaminhar a relação completa, em formato de planilha editável, de todas as obras, contratos, convênios, termos de compromisso, investimentos, programas e demais ações sob responsabilidade dessa Pasta localizados no Estado de Santa Catarina que tiveram recursos bloqueados, contingenciados, reduzidos, reprogramados ou cuja execução física ou financeira tenha sido alterada em decorrência das medidas de bloqueio orçamentário anunciadas pelo Governo Federal em 2026, indicando, para cada empreendimento ou ação:
- (a) o município beneficiado;
 - (b) o objeto;
 - (c) o valor originalmente previsto na Lei Orçamentária;
 - (d) o valor empenhado;
 - (e) o valor bloqueado ou contingenciado;
 - (f) o percentual de redução;
 - (g) o estágio atual de execução; e
 - (h) a estimativa de impacto sobre o cronograma originalmente previsto.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal¹ anunciou, em 2026, expressivos bloqueios e contingenciamentos orçamentários que atingem diversos órgãos vinculados à infraestrutura e ao desenvolvimento urbano. Tais medidas geram legítima preocupação quanto aos reflexos sobre obras e programas essenciais voltados à habitação, saneamento básico, mobilidade urbana, drenagem, prevenção de enchentes e desenvolvimento das cidades brasileiras.

A Região Sul, e especialmente o Estado de Santa Catarina, possui demandas crescentes em infraestrutura urbana decorrentes da expansão populacional, do desenvolvimento econômico e dos recorrentes eventos climáticos extremos que vêm exigindo investimentos contínuos em saneamento, contenção de cheias, drenagem urbana e recuperação de áreas afetadas por desastres naturais.

¹ <https://www.poder360.com.br/poder-governo/governo-bloqueia-r-83-bi-da-area-de-infraestrutura/> e <https://www.cnnbrasil.com.br/infra/governo-bloqueia-r-83-bi-de-ministerios-e-reguladoras-de-infraestrutura/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Caroline De Toni – PL/SC

Diante desse cenário, torna-se fundamental a obtenção precisa de informações acerca dos impactos concretos dos bloqueios anunciados, especialmente porque eventuais atrasos ou paralisações podem comprometer serviços públicos essenciais e gerar prejuízos significativos à população e às administrações municipais.

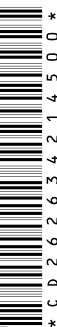
A transparência na execução orçamentária constitui requisito indispensável para o adequado controle parlamentar dos atos do Poder Executivo, razão pela qual se faz necessária a apresentação detalhada das ações eventualmente afetadas no Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, ____/____/____.

Caroline De Toni
Deputada Federal (PL/SC)

Apresentação: 01/06/2026 15:33:45.710 - Mesa

RIC n.1646/2026



* C D 2 6 2 6 3 4 2 1 4 5 0 *